



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 20190006

Processo Nº. 0700.000085/2019-03

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ – CAGECE torna público que realizará licitação na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO** na forma **PRESENCIAL, modo de disputa aberto.**

1. DO TIPO: Menor Preço

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO: INTEGRAL

3. DA BASE LEGAL: Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas alterações, baseada no art. 29, incisos XV e no art. 153 do Regulamento de Licitações e Contratos da Cagece.

4. OBJETO: Aquisição de Controladores Eletrônicos para a usina de geração emergencial de energia com vistas ao atendimento pleno da Estação de Pré-Condicionamento de Esgoto - EPC, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência deste edital.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

5.1. O edital está disponível gratuitamente no sítio www.cagece.com.br.

5.2. O certame será realizado na forma presencial na **SALA DE TREINAMENTO 01 – CAGECE SEDE**, localizado na Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 – Bairro: Vila União – Fortaleza CE, Telefone: (85) - 3101.1870

6. DA DATA E HORÁRIO DO CERTAME

6.1. Sessão de disputa de preços: **19 / 12 / 2019 às 14:00 h.**

6.2. Para todas as referências de tempo será observado o **HORÁRIO LOCAL.**

6.3. Na hipótese de não haver expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

7. DO ENDEREÇO PARA A ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

7.1. Os envelopes com a “PROPOSTA COMERCIAL” e os “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” serão recebidos na Cagece-Sede, na Avenida Lauro Vieira Chaves nº 1030, Fortaleza – Ceará, CEP: 60.420-280, na sessão pública de disputa de lances, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame, e será conduzida pela Gerência de Suprimentos-GESUP com o auxílio da Gerência de Aquisição de Bens-GEABE.

7.1.1. Conter no anverso do envelope o nome da **"DISPENSA Nº 006/2019-CAGECE PARA AQUISIÇÃO DE CONTROLADORES ELETRÔNICOS"**, aos cuidados da GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO ESTRATÉGICA- GEMAE.

7.2. A proponente que optar por não participar da sessão presencial poderá entregar a Proposta Comercial com seus anexos e os documentos de habilitação, enviando através do e-mail licitacoes@cagece.com.br;

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes de recursos próprios.

8.2. O orçamento de referência desta contratação tem caráter sigiloso conforme estabelecido no art. 34 da Lei 13.303/2016, contudo poderá ser informado após o encerramento da etapa de lances.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderá participar desta dispensa de licitação toda e qualquer pessoa física e jurídica idônea cuja natureza seja compatível com o objeto licitado.

9.2. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.3. É vedada a participação de pessoa física e de pessoa jurídica nos seguintes casos:

- 9.3.1. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.
- 9.3.2. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.
- 9.3.3. Impedidas ou Suspensas temporariamente de participar de licitação de licitar e contratar com a Administração.
- 9.3.4. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.
- 9.3.5. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.
- 9.3.6. Cujo estatuto ou contrato social, não inclua no objetivo social da empresa, atividade compatível com o objeto do certame
- 9.3.7. Com registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- 9.3.8. pessoa física não enquadrada como empresa individual, equiparada à pessoa jurídica, nos termos do art. 150, § 1º, do Decreto n. 3.000, DE 19/03/1999.
- 9.3.9. Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;
- 9.3.10. Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 9.3.11. Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 9.3.12. Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 9.3.13. Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 9.3.14. Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 9.3.15. Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 9.3.16. Próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- 9.3.17. Quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente ou empregado da Cagece cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
- 9.3.18. Quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do ente público a que a Cagece esteja vinculada.
- 9.3.19. Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Cagece há menos de 6 (seis) meses.

10. DO CREDENCIAMENTO

10.1. No horário e local indicados no preâmbulo deste edital, será aberta a sessão de processamento da dispensa, iniciando-se com o recebimento das fichas de credenciamento dos interessados em participar do certame, verificando quem está representando cada empresa.

10.2. Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

10.2.1. **ficha de credenciamento**, devidamente preenchida conforme modelo do anexo V deste edital, condicionando toda e qualquer comunicação entre a Cagece e os proponentes através do endereço eletrônico informado no respectivo anexo.

10.2.2. **tratando-se de representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

10.2.3. **tratando-se de procurador**, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga (contrato social ou documento equivalente);

10.2.4. A não apresentação de procuração não implicará inabilitação, no entanto, o representante não poderá pronunciar-se em nome da proponente, salvo se estiver sendo representada por um de seus dirigentes, que comprove tal condição através de documento legal.

10.2.5. **tratando-se de pessoa física**, cédula de identidade ou outro documento equivalente, com fotografia.

10.2.6. Os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais deverão ser apresentados por preposto com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular com firma reconhecida.

10.2.8. Qualquer pessoa poderá entregar os Documentos de Habilitação e as Propostas Comerciais de mais de uma proponente, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma EMPRESA PARTICIPANTE, sob pena de exclusão sumária das representadas.

11. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA COMERCIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

11.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no anexo IV deste edital deverá ser apresentada fora dos envelopes nºs 1 e 2.

11.1.1. Para a proponente que optar o envio por e-mail deverá enviar a “PROPOSTA COMERCIAL” e os “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” conforme item 7 deste edital.

11.2. A “PROPOSTA COMERCIAL” e os “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO” deverão ser apresentados separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome do proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA Nº 006/2019 – CAGECE / GEMAE

PROPONENTE:

ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DISPENSA Nº 006/2019 – CAGECE / GEMAE

PROPONENTE:

11.3. A falta da entrega da declaração de habilitação por parte do proponente, importa na preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

11.4. Após o credenciamento, serão abertos os envelopes de todas as propostas comerciais e verificada a ordem de classificação.

11.5. Do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação da proponente que opte por não participar da sessão presencial de disputa:

11.5.1. Deverá remeter em conformidade com o item 7 deste edital, o original da proposta de preço com seus anexos, bem como os documentos de habilitação, **em até 24 horas antes** da data de realização do certame.

11.5.1.1. A postagem deverá ser comprovada por meio de instrumento capaz de identificar a hora e data de envio ou permitir seu rastreamento via internet, através do e-mail licitacoes@cagece.com.br.

11.5.2. A proponente poderá optar por enviar, em conformidade com o item 7 deste edital, a proposta de preço com seus anexos, bem como os documentos de habilitação, digitalizados, em até 24 horas antes data da realização do certame.

11.5.2.1. Caso a proposta do participante atenda às exigências deste edital e seja a proposta de menor valor, após análise e aprovação da documentação, o licitante será declarado vencedor da dispensa e será comunicado através do e-mail que encaminhou sua proposta de preços e habilitação para que remeta os originais da documentação no prazo de até 48 horas, devendo comprovar a postagem por meio de instrumento capaz de identificar a hora e data de envio ou permitir seu rastreamento via internet, através do e-mail licitacoes@cagece.com.br.

11.5.2.2. O envio da documentação por meio eletrônico, salvo os com assinatura digital nos termos do subitem 13.7.5.1, não prescinde a entrega desta por escrito, cuja postagem deverá ser comprovada, sempre que solicitado, por meio de instrumento capaz de identificar a hora e data de envio ou permitir seu rastreamento via internet.

11.5.3. O descumprimento dos prazos acima estabelecidos é causa de desclassificação da licitante.

11.6. O não cumprimento dos prazos de entrega da documentação até a sessão de disputa acarretará desclassificação/inabilitação, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

12. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA COMERCIAL

12.1. A proposta deverá explicitar nos campos “VALOR UNITÁRIO (R\$)” E “VALOR TOTAL (R\$)”, os preços referentes a cada item incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste edital. Os Campos “marca”, “modelo”, “fabricante” e “descrição do objeto ofertado” deverão ser preenchidos.

12.2. A proposta deverá ser entregue assinada, com os preços ajustados ao menor lance, em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, nos termos do Anexo I - Termo de Referência deste edital e conforme Anexo II- Carta Proposta.

12.3. O preço deverá ser expresso em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores unitários e globais.

12.4. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas.

12.4.1. Ficará a critério do proponente indicar em sua proposta um prazo de validade superior a 60 (sessenta) dias. A GEMAE ficará responsável por solicitar a revalidação da proposta caso o prazo de validade exceda o prazo informado na proposta.

12.5. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

12.6. A proponente deverá entregar junto com a proposta de preços:

12.6.1. Catálogo ou a ficha técnica do produto em português indicando modelo/referência do item ofertado, bem como as características técnicas exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

13 - DA HABILITAÇÃO

13.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade.
- b) Registro Comercial no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

13.2. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas(CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, atualizado.
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, devidamente atualizada.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

13.2.1. Para os estados e municípios que emitem prova de regularidade fiscal em separado, as proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

13.3. Caso a licitante seja cadastrada no Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, ficará dispensada da apresentação dos documentos de que tratam os subitens 15.1. e 15.2 deste edital.

13.3.1. A Cagece verificará eletronicamente a situação do proponente no Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, constatando a sua compatibilidade com o ramo do objeto.

13.3.1.1. Caso o cadastro esteja com algum documento vencido, o proponente deverá apresentar o referido documento dentro do prazo de validade, sob pena de inabilitação, salvo os documentos acessíveis para consultas em *sítios* oficiais que poderão ser consultados pelo pregoeiro.

13.3.1.1.1. Existindo restrição no cadastro quanto ao documento de registro ou inscrição em entidade profissional competente, este deverá ser apresentado em situação regular, exceto quando não exigido na qualificação técnica.

13.3.1.1.2. Caso o CRC não seja apresentado e o proponente possua cadastro no Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, a Cagece verificará o documento eletronicamente, e caso o documento seja válido, não acarretará na desclassificação do proponente.

13.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.4.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da dispensa de licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

13.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.5.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica ou certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

13.6. O proponente deverá apresentar documento relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, conforme Anexo III - Declaração Relativa ao Trabalho de Empregado Menor.

13.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

13.7.1. Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

13.7.2. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo Cagece.

13.7.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

13.7.3.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

13.7.4. Dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

13.7.5. Em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada por cartório competente ou por servidor da Cagece, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

13.7.5.1. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

13.8. Constatada a compatibilidade do ramo da atividade com o objeto licitado, a licitante obriga-se a **declarar** sob as penalidades legais, **a superveniência de fato impeditivo da habilitação**, informando de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação na presente dispensa, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, **elaborada conforme o Anexo VI, deste edital.**

13.9. OUTRAS DISPOSIÇÕES

13.9.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

13.9.2. A não comprovação da regularidade fiscal, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os proponentes remanescentes, por ordem de classificação.

14. DA ETAPA DE LANCES E JULGAMENTO

14.1. Após o credenciamento, os proponentes entregarão a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo IV– Modelo de Declaração de Habilitação deste edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

14.2. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

14.2.1. Em condições ilegais, omissões, ou conflitos com as exigências deste edital.

14.2.2. Cujas amostras, quando for o caso, se encontrar em desacordo com as especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência deste edital.

14.3. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

14.3.1. Serão abertos os envelopes de todas as propostas de preços, e também verificada àquelas enviadas por e-mail e selecionadas as propostas que apresentarem o MENOR VALOR GLOBAL POR ITEM.

14.3.1.1. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de proponentes;

14.3.2. Será convidado individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio para o início da oferta de lance no caso de empate de preços;

14.3.2.1. O proponente sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances;

14.3.2.2. A partir deste momento, começando pelo proponente que apresentou o maior valor, cada participante poderá fazer lances até a obtenção do menor preço.

14.3.2.3. Os lances apresentados pelo proponente deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores ao menor lance por ele apresentado.

14.3.2.4. A diferença entre lances não poderá ser inferior a R\$ 10,00, do preço POR ITEM em relação ao último lance do próprio Proponente.

14.3.3. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances;

14.3.3.1. Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado;

14.3.4. Poderá ser negociado com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço;

14.3.5. Após a negociação, se houver, será examinado a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito;

14.3.6. Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do proponente que a formulou, para confirmação das suas condições de habilitação;

14.3.6.1. Após o encerramento da disputa, a proponente arrematante deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a nova proposta comercial, corrigida conforme o seu último lance ofertado, e esta não poderá conter valores unitários superiores aos valores de referência da Cagece.

14.4. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, será declarado vencedor o proponente que atenda às exigências previstas neste Edital, caso não haja interposição de recursos;

14.5. Se a oferta não for aceitável, ou se o proponente desatender as exigências habilitatórias, será examinada a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e, procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, caso em que será declarado vencedor.

14.5.1. Havendo necessidade de convocar a segunda colocada, por desclassificação da primeira, será concedido o prazo de 2 (dois) dias úteis, para apresentar a nova proposta comercial, que não poderá conter valores unitários superiores aos valores de referência da Cagece, procedimento que se repetirá sucessivamente, caso haja nova desclassificação.

14.6. O resultado da dispensa será divulgado em até 2 (dois) dias úteis após o término do prazo para juntada da proposta vencedora, por e-mail ou por ofício aos interessados, e na página da Cagece na internet.

14.7. Para julgamento das propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM.

14.8. Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

15. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

15.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo da dispensa deverão ser enviados, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacoes@cagece.com.br, informando o número da dispensa.

16. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Após a sessão de disputa será disponibilizado na página da Cagece no sítio www.cagece.com.br, o resultado da empresa declarada vencedora da dispensa e qualquer proponente poderá manifestar motivadamente, no prazo de até 08 (oito) horas úteis, através do e-mail licitacoes@cagece.com.br, a intenção de interpor recurso com a síntese dos respectivos fundamentos, desde que munido de procuração com poderes específicos para tal, com registro em Ata da realização da dispensa, quando lhe será concedido o prazo de 2 (dois) dias para apresentação das razões por escrito, devidamente protocolizadas na Cagece-sede, no endereço constante no subitem 7.1 deste edital ou através do e-mail licitacoes@cagece.com.br. Os demais proponentes ficam desde logo convidados a apresentar contrarrazões dentro de igual prazo, que começará a contar a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

16.2. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo da dispensa para responder pelo proponente.

16.3. A falta de manifestação, conforme o subitem 16.1 deste edital, importará na decadência do direito de recurso.

16.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos proponentes mediante sessão pública.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia nos termos do art. 70 da Lei nº 13.303/16 e art.123 do RLC da Cagece.

17.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CAGECE a garantia de execução contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do respectivo instrumento, sob pena de aplicação de multa, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 123, §2º do RCL da Cagece.

17.3. A garantia será atualizada, nas mesmas condições, na hipótese de modificação do contrato originalmente pactuado, devendo ter validade durante a execução do contrato de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

17.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

17.5. Não será autorizada a emissão da ordem de fornecimento sem que a garantia tenha sido prestada, independente da aplicação de multa;

17.4. O não recolhimento, pelo contratado, da garantia de execução do contrato no prazo estabelecido no instrumento convocatório, não impede o seu início, porém acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), sem prejuízo da necessidade de apresentação da garantia.

17.5. O atraso até o 25º (vigésimo quinto) dia autoriza a Cagece a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada no contrato em questão, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

17.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

17.7. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.8. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 17.2. deste edital.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. A adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

18.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

18.3. Quando a adjudicatária não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidado outro proponente pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

18.4. A forma de pagamento, prazo contratual, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas no Anexo VII – Minuta do Contrato, parte deste edital.

18.5. O proponente vencedor fica obrigada a apresentar no ato da assinatura do contrato, o Certificado de Registro Cadastral-CRC emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Esta Dispensa não importa, necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revogá-la por razões de interesse público, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão devidamente fundamentada, sem quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

19.2. É facultada a Administração ou à autoridade superior, em qualquer fase da dispensa, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo da Dispensa, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente na proposta e na documentação de habilitação.

19.3. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pela Cagece ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

19.4. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida ao proponente, ainda que se trate de originais.

19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente na Cagece.

19.6. Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da dispensa de licitação.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.8. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada na forma prevista nos subitens 13.7.5 e 13.7.5.1. deste edital.

19.9. O responsável pela sessão poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto da Dispensa, a Administração e os proponentes, dentre estes, os decorrentes de operações aritméticas.

19.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Cagece, nos termos da legislação pertinente.



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

19.11. As normas que disciplinam esta dispensa serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa.

19.12. Os Adendos, adiamentos, esclarecimentos, impugnações, Recurso e Resultado Final, deverão ser consultados pelos interessados no sítio www.cagece.com.br, link para "Dispensa de Licitação" disponível em: <https://ww2.cagece.com.br/editais-e-licitacoes/category/169-dispensa-de-licitacao>

19.13. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

20. DOS ANEXOS

20.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

ANEXO III – DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR

ANEXO IV- MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (*entregar junto com a Ficha de credenciamento*)

ANEXO V – MODELO DE FICHA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

Fortaleza - CE, 05 de dezembro de 2019.

EMÍDIO XIMENES PINTO

GERENTE DE MANUTENÇÃO ESTRATÉGICA – GEMAE

FRANCISCO ROGÉRIO G. LEITE

DIRETOR DE OPERAÇÕES – CAGECE

NEURISANGELO CAVALCANTE DE FREITAS

DIRETOR-PRESIDENTE – CAGECE

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADE DEMANDANTE: GEMAE – GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO ESTRATÉGICA.

2. DO OBJETO: Aquisição de **Controladores Eletrônicos para a usina de geração emergencial de energia com vistas ao atendimento pleno da Estação de Pré-Condicionamento de Esgoto - EPC**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

2.1. Este objeto será realizado através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, no modo de disputa aberto, com a forma de fornecimento **INTEGRAL**.

3. DA JUSTIFICATIVA:

3.1. No município de Fortaleza, todo o efluente residencial e comercial produzido é encaminhado à Estação de Pré-Condicionamento de Esgoto (EPC), que tem por finalidade remover o material sólido sedimentado e o material flutuante no esgoto além de realizar o seu devido lançamento final na vertente marítima através do sistema de emissário submerso, por onde ocorre a diluição e afastamento do litoral norte da capital pelas correntes marítimas a cerca de 3.330 metros da costa e a uma profundidade de 16 metros. Dessa forma, as correntes marítimas são responsáveis por realizar a dispersão do esgoto pré-condicionado.

3.2. Existem três grandes vias de condução da maior parte do esgoto coletado principalmente na área litorânea e em áreas nobres e com elevada densidade populacional até a EPC.

3.3. No período da quadra invernososa, com o incremento de precipitações pluviométricas, o sistema de coleta da Região Metropolitana de Fortaleza recebe indevidamente grandes vazões de águas pluviais, causando sérios problemas operacionais. Esta grande quantidade de água de chuva acaba alcançando as redes coletoras principalmente devido a alguns fatores, como:

- A zona urbana se encontra quase que totalmente impermeabilizada por concreto e por camada asfáltica, impedindo que uma parcela significativa de águas pluviais seja absorvida e armazenada no subsolo. Este problema se agrava pelo hábito de algumas edificações possuírem a contribuição da drenagem de suas cobertas diretamente nas caixas de passagem das ligações prediais de esgoto, sobrecarregando indevidamente, a rede colatora nas vias públicas e nas estações de bombeamento geograficamente distribuídas.

- A deficiente rede pública de drenagem de águas pluviais. A Grande Fortaleza não possui infraestrutura suficiente para permitir o escoamento de toda a água de chuva em galerias apropriadas.

3.4. De forma a atender operacionalmente às necessidades supra, inclusive na quadra invernososa, a EPC possui 02 (duas) estações elevatórias de esgoto. A primeira é denominada como BEFGR – Bombeamento de Efluente Gradeado e a segunda é intitulada como BEFPT – Bombeamento de Efluente Pré-Tratado. Ambas possuem quatro conjuntos motobomba com potência unitária de 400 cv com velocidade controlada automaticamente por meio de equipamentos específicos para esse fim que pertencem a um processo seriado de bombeamento, ou seja, o funcionamento de uma unidade depende da operação da outra.

3.5. Para que se atinja a disponibilidade operacional necessária para atender a tamanha contribuição de esgoto, o sistema de esgotamento da EPC requer atualmente a operação de dois conjuntos motobomba em cada estação elevatória. Porém, com a entrada de contribuição das novas estações provenientes do Programa Estadual Sanear II, tornar-se-á necessária a operação do terceiro conjunto de bombeamento e a disponibilidade operacional do conjunto de reserva.

3.6. Todo esse empreendimento é alimentado eletricamente pela rede de distribuição em média tensão (13,8 kV) oriunda da concessionária, inclusive com capacidade para suprir a demanda futura mencionada.

3.7. Em caso de falha do suprimento externo, existe uma usina de geração própria com capacidade para atender a todo complexo durante o tempo que for necessário, com vistas a evitar que ocorram extravasamentos sem controle dos efluentes na sua forma bruta em grande parte da faixa litorânea da capital, o que viria a prejudicar dessa forma, os aproveitamentos de balneabilidade, pesca e esportes náuticos, com severos impactos negativos ao meio ambiente e à economia que gira em torno desse nicho de mercado, além de macular a imagem institucional da Cagece perante a sociedade. Tal fato expõe a Cagece a uma situação indesejada de vulnerabilidade na execução de suas atividades-fim, inclusive com a possibilidade de ser autuada nos rigores da legislação vigente quanto à garantia e a confiabilidade da prestação de serviços, bem como a previsibilidade de ser penalizada judicialmente por crimes contra o meio ambiente, devido ao inevitável extravasamento de efluentes no litoral quando da possível falha no fornecimento alternativo de energia realizado pelos grupos motogeradores para acionamento eletromecânico do seu sistema de saneamento.

3.8. A usina de geração de energia da EPC é constituída por quatro grupos motogeradores a diesel, cada um com potência de 500 kVA. Um sistema de monitoramento contínuo da rede externa realiza ininterruptamente as leituras de tensão e frequência. Ao detectar falha no sistema elétrico externo, uma ordem de início de funcionamento dos geradores é imediatamente dada por esse sistema de monitoramento. Os geradores começam a partir sequencialmente e logo entram em regime nominal de forma sincronizada disponibilizando toda a potência necessária para atendimento da carga demandada. Quando o fornecimento externo de energia está disponível novamente, o mesmo sistema de monitoramento e controle transfere automaticamente a carga ora alimentada pelos geradores para a rede externa sem interrupção, garantindo assim, a continuidade da produção, principalmente nos casos em que os níveis de extravasamento estejam próximos de serem atingidos.

3.9. No entanto, os altos níveis de salinidade e de gás sulfídrico dispersos na atmosfera da EPC são incontroláveis e vem concorrendo para agredir intensivamente as placas eletrônicas dos controladores de rede e sincronismo dos geradores e seus dispositivos associados o que tem favorecido o surgimento algumas falhas no funcionamento destes, ocasionando assim, uma prematura e acentuada redução da vida útil desses equipamentos que são vitais para o funcionamento normal da usina.

3.10. Os efeitos negativos desse tipo de desgaste já começam a aparecer durante a as rotinas de operação como: falha de partida de geradores isoladamente, problemas de sincronismo entre geradores, falha do controlador principal, que monitora a rede e integra a carga às fontes de potência, visores de cristal líquido dos controladores com várias linhas inoperantes, o que dificulta tanto a operação como a parametrização dos mesmos, botões de comando com falha constante ou intermitente.

3.11. Esses problemas reduzem significativamente o nível de confiabilidade da EPC quando da falta de fornecimento de energia pela rede externa.

3.12. As frequentes intervenções de manutenção nos controladores eletrônicos, indicam a necessidade de troca dos mesmos que estão no final da vida útil além do que não existem dispositivos reserva para casos de trocas emergenciais, deixando a EPC vulnerável à indisponibilidade da usina quando solicitado seu funcionamento emergencial.

3.13. Especificamente trata a presente justificativa da aquisição imediata de forma emergencial de módulos controladores eletrônicos que devem ser utilizados nos grupos motogeradores responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica para manter a confiabilidade operativa da EPC, que, por ser considerada estratégica para a Companhia, possui uma complexidade necessária tanto no monitoramento, como nos parâmetros exigidos para melhor prestação do serviço.

3.14. Nesse pleito, será imprescindível o emprego dos módulos controladores eletrônicos do apenas do fabricante DEEP SEA Electronics nos modelos DSE 8610 MKII, em quatro unidades,

para os controladores e sincronismo entre os geradores e uma unidade DSE 8660 MKII para monitorar a rede e os geradores sincronizados e controlar a transferência da carga para essas fontes de energia. A utilização de módulos controladores eletrônicos de outros fabricantes não é técnica nem financeiramente viável, pois a quantidade de variáveis monitoradas, consequentemente o processamento das mesmas e o controle final exigiriam a mudança da concepção de projeto dos sistemas elétricos ora em operação. Tais mudanças incorreriam principalmente na troca dos cabeamentos, dos painéis elétricos, dos sistemas de sensoamento, entre outras mudanças que poderiam levar à necessidade de se realizar várias adaptações técnicas como modificação do arranjo interno de painéis elétricos e possíveis expansões devido a utilização de placas eletrônicas e/ou outros dispositivos acessórios, que além do ônus financeiro desnecessário, poderia favorecer a mais pontos de falhas potenciais, requerendo maior atenção e necessidade de manutenção contando ainda com necessidade de treinamento para o corpo técnico de operação e manutenção, com vistas a operacionalizar os novos equipamentos e dispositivos associados.

3.15. Os itens cujas especificações indicam a marca a ser adotada, que necessitam ser adquiridos serão utilizados como peças de reposição e, portanto, são fundamentais para o seu efetivo funcionamento, não sendo necessária uma parada demorada do sistema, o que, do contrário, inevitavelmente provocaria derramamento de efluentes na faixa litorânea, pois as duas estações de bombeamento são desligadas nesse procedimento técnico.

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
01	MÓDULO CONTROLADOR ELETRÔNICO DE GRUPO GERADOR – FABRICANTE DEEP SEA MODELO DSE8610 MKII PARA CONTROLE E SINCRONISMO DE GERADORES	UN	10
02	MÓDULO CONTROLADOR ELETRÔNICO DE GRUPO GERADOR – FABRICANTE DEEP SEA MODELO DSE8660 MKII PARA TRANSFERÊNCIA EM RAMPA COM A REDE ELÉTRICA EXTERNA E COM A CHAVE DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA	UN	05

Observação 1: Em conformidade ao que rege o Art. 47, Inciso I, alínea b, da Lei Federal Nº 13.303/2016, as marcas aceitas são do fabricante DEEP, conforme os modelos informados na especificação dos itens 01 e 02.

4.1. Informações Gerais:

4.1.1. As informações técnicas que estão apresentadas nesse documento se referem a aplicação, características e especificações técnicas dos controladores eletrônicos para Grupos Moto Geradores - GMG e acessórios do fabricante da marca registrada DEEP SEA, da empresa Deep Sea Electronics.

4.1.2. Os equipamentos ora descritos devem ser adotados nas operações de transferência de carga em rampa com paralelismo temporário com a rede elétrica externa.

4.2. Especificações Técnicas

4.2.1. **DEEP SEA DSE8610 MKII** – Módulo de Sincronismo/Paralelismo e compartilhamento de Carga e Controle Automático entre Grupos Geradores e Partida Automática na Falha de Rede.

4.2.1.1. Aplicação

O módulo DSE8610 MKII é um módulo de controle automático adequado para o paralelismo entre grupos motogeradores e partida automática em caso de falha da rede externa.

Desenvolvido para sincronizar até 32 geradores, incluindo motores eletrônicos e não eletrônicos.

O DSE8610 MKII monitora o gerador e indica o status operacional e as condições de falha, iniciando ou parando automaticamente o motor sob demanda de carga ou condição de falha.

O módulo pode indicar o estado operacional e condições de falha no mostrador de cristal líquido retroiluminado (LCD) (vários idiomas disponíveis) e sirene sonora.

Projetado para oferecer maior suporte embutido para sensores ativos de 0 V a 10 V e 4 mA a 20 mA. Estão disponíveis opções abrangentes de comunicação e expansão do sistema.

O uso do software *DSE PC Configuration Suite* permite a fácil alteração das sequências operacionais, temporizadores e alarmes. Com todas as portas de comunicação capazes de serem ativas ao mesmo tempo, o DSE8610 MKII é ideal para uma ampla variedade de aplicações de compartilhamento de carga exigentes, como o caso das grandes e estratégicas estações elevatórias de esgoto da Cagece como: EPC, SDII e Reversora do Cocó.

Comunicações abrangentes também estão disponíveis via RS232, RS485 e Ethernet para PC remoto controle e monitoramento. O registro de eventos abrangente grava até 250 eventos para facilitar a manutenção, e um amplo número de recursos fixos e flexíveis de monitoramento, medição e proteção estão incluídos.

4.2.1.2. Características

- Ajuste manual de tensão e frequência;
- Proteção de desacoplamento da rede elétrica em modo normal e de teste;
- Controle direto do regulador automático de tensão e do regulador de velocidade;
- Detecção de falha da rede;
- Sincronização abrangente de recursos e compartilhamento de carga;
- Carga fictícia configurável de 5 estágios e saídas de rejeição de carga;
- Controle de exportação positiva e negativa de energia reativa;
- Monitoramento de potência / energia do gerador e da carga (kW, kVA, kVAr, FP);
- Alarmes e proteção contra sobrecarga (kW e kV Ar);
- Alarmes e proteção de potência reversa (kW & kV Ar);
- Proteção de carga desequilibrada;
- Proteção contra falha de aterramento independente;
- 12 entradas digitais configuráveis;
- 1 entrada digital para água no combustível;
- 8 saídas configuráveis em corrente contínua;
- 2 saídas digitais a relé sem tensão;
- Entradas flexíveis e configuráveis (analógica e digital);
- Sensores integrados para suportar sinais de transmissores de 0 a 10 V e 4 mA a 20 mA;
- Compatibilidade de expansão DSENet®;
- DSE Configuration Suite PC Software, que permite uma completa configuração de forma amigável e um sistema intuitivo de alto nível para controle e monitoramento.

- Monitoramento remoto SCADA via vários aplicativos DSE;
- *Software* para PC sem licença;
- Comunicações Ethernet, RS232 e RS485 configuráveis pelo usuário, permitindo assim monitoramento remoto avançado;
- Uso simultâneo de todas as portas de comunicação;
- Monitoramento remoto por SCADA por meio de vários aplicativos do software DSE;
- Suporte avançado para MODBUS RTU e TCP;
- Páginas do MODBUS configuráveis pelo usuário;
- Editor interno de linguagem de controlador lógico programável;
- Controle avançado de SMS e falhas por mensagens (modem GSM adicional requerido);
- Capacidade de ligar e desligar os geradores através de mensagens tipo SMS;
- Páginas de diagnóstico de fácil acesso incluindo as páginas de diagnóstico do modem;
- Registro de dados e tendências;
- Sensoriamento de velocidade do alternador, CAN e MPU (selecionável dependendo do tipo de motor), garantindo que o módulo pode ser usado com uma vasta gama de tipos de motores;
- Suporte de motor CAN de nível 4;
- Comunicação MSC redundante conectada a portas CAN;
- Transmissão e recepção CAN configuráveis;
- Controle manual sobre o disjuntor quando em modo CAN
- Recurso "Proteções desativadas";
- Senha de proteção do painel frontal;
- Ampla tela LCD de texto, retroiluminado de 4 linhas e com 132 x 64 pixels de resolução;
- Indicação de alarme por LED e LCD;
- Conectividade USB;
- Telas de status personalizáveis;
- Cinco teclas de navegação dos menus;
- 3 Alarmes de manutenção configuráveis
- Agendador para várias datas e horários;
- Controle manual e automático da bomba de combustível
- Monitor de uso de combustível e baixo consumo de combustível com alarme e proteção de nível;
- Proteção de Falha do alternador e da carga;
- Comutação de carga (redução de carga e controle de carga fictício);
- Capacidade de armazenamento de 250 registros de eventos configuráveis, permitindo o acesso aos históricos de alarmes e estado operacional;
- Relógio de tempo real com cópia de segurança;
- Constante e confiável monitoramento do gerador trifásico e da rede elétrica externa e da carga a ser alimentada;
- Contador de horas de funcionamento (horímetro).

4.2.1.3. Especificações

- Alimentação 5~35 V_{CC};
- Oscilações de alimentação: suporta 0 V por 100 ms, onde a tensão mínima de alimentação antes da oscilação tenha sido pelo menos 10 V antes da falta e 5 V no seu restabelecimento, sem a necessidade de baterias internas. Durante a falta, a retroiluminação e os LEDs ficarão apagados.
- Corrente máxima de operação: 530 mA em 12 V, 280 mA em 24 V
- Máxima corrente em espera: 320 mA em 12 V, 160 mA em 24 V
- Faixa de tensão: 15 V~415 V_{CA} (Fase-Neutro);
- Faixa de tensão: 26 V~719 V_{CA} (Fase-Fase)
- Faixa de frequência 3.5 Hz~75 Hz;
- Faixa de tensão do sensor magnético de velocidade (*pickup*): +/- 0,5 V ~70 V e 10 kHz;
- Entradas Digitais de A~L: comutação negativa;
- Entradas Analógicas Configuráveis A~D configuráveis como: entrada digital de comutação negativa de 0 V~10 V, 4 mA~20 mA ou 0 Ω~480 Ω;
- Saídas A e B (combustível e partida): 15 A contínuo na fonte de tensão;
- Saídas Auxiliares: C~D: 8 A_{AC} em 250 V_{CA} na fonte de tensão;
- Saídas Auxiliares: E~L: 2 A_{CC} na fonte de tensão;
- Impedância mínima do controle embutido de velocidade e tensão: 500 Ω totalmente isolado;
- Ganho de tensão do controle embutido de velocidade e tensão: 0~10 V_{CC} totalmente isolado;
- Dimensões: 245 mm x 184 mm x 51 mm (9.6" x 7.2" x 2");
- Contorno do painel: 220 mm x 160 mm (8.7" x 6.3");
- Espessura máxima do painel: 8 mm (0.3");
- Faixa de temperatura de operação: -30°C ~ +70°C (-22 °F ~ +158 °F).

4.2.1.4. Padrões de Ensaio Ambientais

4.2.1.4.1 - Compatibilidade Eletromagnética:

- IEC 61000-6-2:2016: *Electromagnetic compatibility* (EMC) (Compatibilidade Eletromagnética) Part 6-2: *Generic standards - Immunity standard for industrial environments* (Padrões Genéricos – Imunidade padrão para ambientes industriais);
- IEC 61000-6-4:2018: *Electromagnetic compatibility* (EMC) (Compatibilidade Eletromagnética) - Part 6-4: *Generic standards - Emission standard for industrial environments* (Padrões Genéricos – Padrões de Emissões para ambientes industriais);

4.2.1.4.2 - Segurança elétrica:

- IEC 60950:2013: *Safety of Information Technology Equipment, including electrical business equipment* (Segurança de Equipamentos de Tecnologia da Informação, incluindo equipamentos elétricos para empresas);

4.2.1.4.3 - Temperatura:

- IEC 60068-2-1:2016: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - Part 2-1: Tests - Test A: *Cold Ab/Ae -30 °C* (Ensaio a frio -30 °C);
- IEC 60068-2-2:2007: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - Part 2-2: Tests - Test B: *Dry heat Bb/Be +70 °C* (Ensaio a calor seco +70 °C);

4.2.1.4.4 - Vibração:

- IEC 60068-2-6:2007: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - *Part 2-6: Tests - Test Fc: Vibration sinusoidal* (Ensaio de vibração senoidal) (dez varreduras em cada um dos eixos principais) 5 Hz ~ 8 Hz à +/-7.5 mm, 8 Hz ~ 500 Hz em 2 GN ;

4.2.1.4.5 - Umidade:

- IEC 60068-2-30:2005: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - *Part 2-30: Tests - Test Db: Damp heat, cyclic (12 h + 12 h cycle)* (Ensaio de calor úmido em ciclos de 12 horas) (20/55 °C à 95% de umidade relativa durante 48 horas);

- IEC 60068-2-78:2012: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - *Part 2-78: Tests - Test Cab: Damp heat, steady state* (Ensaio de calor úmido estático seco 40 °C à 93% de umidade relativa durante 48 horas);

4.2.1.4.6 - Impacto:

- IEC 60068-2-27:2008: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - *Part 2-27: Tests - Test Ea and guidance: Shock* (Ensaio impacto e orientação) (três impactos em cada um dos eixos principais a 15 GN em 11 ms);

4.2.1.4.7 - Grau de Proteção dos Invólucros:

- ABNT IEC 60529:2017: Graus de proteção providos por invólucros (Códigos IP) (IP65 Frente do módulo quando instalado no painel de controle com a junta de vedação opcional);

4.2.2. DEEP SEA DSE8660 MKII – Módulo de Sincronismo/Paralelismo e compartilhamento de Carga e Controle Automático entre Grupos Geradores e Partida Automática na Falha de Rede e na Chave de Transferência Automática

4.2.2.1. Aplicação

O Módulo DSE8660 MKII é um módulo de controle automático fácil de operar e adequado para o paralelismo contínuo ou temporário entre a rede externa e um ou mais grupos motogeradores com possibilidade de partida automática em caso de falha desta.

Desenvolvido para sincronizar um ou múltiplos controladores modelos DSE8610 MKII, onde estes podem sincronizar até 32 geradores, incluindo motores eletrônicos e não eletrônicos, o módulo DSE8660 MKII irá intercambiar automaticamente entre as fontes internas (geradores) e externa para o suprimento da carga sem interrupções, picos e queda de tensão, e outros problemas que surgem quando a transferência ocorre sem o devido paralelismo.

O DSE8660 MKII monitora o gerador e indica o status operacional e as condições de falha, iniciando ou parando automaticamente o motor sob demanda de carga ou condição de falha.

O módulo pode indicar o estado operacional e condições de falha no mostrador de cristal líquido retroiluminado (LCD) (vários idiomas disponíveis) e sirene sonora além de mensagens SMS (modem requerido).

O uso do software *DSE PC Configuration Suite* permite a fácil alteração das sequências operacionais, temporizadores e alarmes. Com todas as portas de comunicação capazes de serem ativas ao mesmo tempo, o DSE8660 MKII é ideal para uma ampla variedade de aplicações de compartilhamento de carga exigentes como o caso das grandes e estratégicas estações elevatórias de esgoto da Cagece como: EPC, SDII e Reversora do Cocó.

Comunicações abrangentes também estão disponíveis via RS232, RS485 e Ethernet para PC remoto controle e monitoramento. O registro de eventos abrangente grava até 250 eventos para facilitar a manutenção, e um amplo número de recursos fixos e flexíveis de monitoramento, medição e proteção estão incluídos.

4.2.2.2. Características

- Proteção de desacoplamento da rede elétrica em modo normal e de teste;
- Detecção de falha da rede;

- Sincronização abrangente de recursos e compartilhamento de carga;
- Controle de exportação positiva e negativa de energia ativa da rede;
- Monitoramento de potência / energia da rede elétrica (kW, kVA, kVAr, FP);
- Função de corta-pico de tensão;
- Sinal para aplicações de disjunção através de chave de transferência automática;
- Solução de duas partes permitindo até 1,2 km entre a rede externa e os disjuntores de barramento.
- 11 entradas digitais configuráveis;
- 8 saídas configuráveis em corrente contínua;
- Entradas flexíveis e configuráveis (analógica e digital);
- Compatível com as séries de módulos DSE5510, DSE7510 e DSE8x10;
- Compatibilidade de expansão DSENet®;
- DSE Configuration Suite PC Software, que permite uma completa configuração de forma amigável e um sistema intuitivo de alto nível para controle e monitoramento.
- *Software* para PC sem licença;
- Comunicações Ethernet, RS232 e RS485 configuráveis pelo usuário, permitindo assim monitoramento remoto avançado;
- Uso simultâneo de todas as portas de comunicação;
- Monitoramento remoto por SCADA por meio de vários aplicativos do software DSE;
- Suporte avançado para MODBUS RTU e TCP;
- Páginas do MODBUS configuráveis pelo usuário;
- Editor interno de linguagem de controlador lógico programável;
- Controle avançado de SMS e falhas por mensagens (modem GSM adicional requerido);
- Páginas de diagnóstico de fácil acesso incluindo as páginas de diagnóstico do modem;
- Registro de dados e tendências;
- Comunicação MSC redundante conectada a portas CAN;
- Transmissão e recepção CAN configuráveis;
- Ampla tela LCD de texto, retroiluminado de 4 linhas e com 132 x 64 pixels de resolução;
- Indicação de alarme por LED e LCD;
- Conectividade USB;
- Telas de status personalizáveis;
- Cinco teclas de navegação dos *menus*;
- Páginas de diagnóstico de fácil acesso;
- Agendador para várias datas e horários;
- Capacidade de armazenamento de 250 registros de eventos configuráveis, permitindo o acesso aos históricos de alarmes e estado operacional;
- Relógio de tempo real com cópia de segurança;

4.2.2.3. Especificações Técnicas

- Alimentação 5~35 V_{CC};
- Oscilações de alimentação: suporta 0 V por 100 ms, onde a tensão mínima de alimentação antes da oscilação tenha sido pelo menos 10 V antes da falta e 5 V no seu restabelecimento, sem a necessidade de baterias internas. Durante a falta, a retroiluminação e os LEDs ficarão apagados.
- Corrente máxima de operação: 530 mA em 12 V, 280 mA em 24 V
- Máxima corrente em espera: 320 mA em 12 V, 160 mA em 24 V
- Faixa de tensão: 15 V~415 V_{CA} (Fase-Neutro);
- Faixa de tensão: 26 V~719 V_{CA} (Fase-Fase)
- Faixa de frequência 3.5 Hz~75 Hz;
- Faixa de tensão do sensor magnético de velocidade (*pickup*): +/- 0,5 V ~70 V e 10 kHz;
- Entradas Digitais de A~L: comutação negativa;
- Saídas Auxiliares: C~D: 8 A_{AC} em 250 V_{CA} na fonte de tensão;
- Saídas Auxiliares: E~L: 2 A_{CC} na fonte de tensão;
- Dimensões: 245 mm x 184 mm x 51 mm (9.6" x 7.2" x 2");
- Contorno do painel: 220 mm x 160 mm (8.7" x 6.3");
- Espessura máxima do painel: 8 mm (0.3");
- Faixa de temperatura de operação: -30°C ~ +70°C (-22 °F ~ +158 °F).

4.2.2.4. Padrões de Ensaio Ambientais

4.2.2.4.1. Compatibilidade Eletromagnética:

- IEC 61000-6-2:2016: *Electromagnetic compatibility* (EMC) (Compatibilidade Eletromagnética) Part 6-2: *Generic standards - Immunity standard for industrial environments* (Padrões Genéricos – Imunidade padrão para ambientes industriais);
- IEC 61000-6-4:2018: *Electromagnetic compatibility* (EMC) (Compatibilidade Eletromagnética) - Part 6-4: *Generic standards - Emission standard for industrial environments* (Padrões Genéricos – Padrões de Emissões para ambientes industriais);

4.2.2.4.2. Segurança elétrica:

- IEC 60950:2013: *Safety of Information Technology Equipment, including electrical business equipment* (Segurança de Equipamentos de Tecnologia da Informação, incluindo equipamentos elétricos para empresas);

4.2.2.4.3. Temperatura:

- IEC 60068-2-1:2016: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - Part 2-1: Tests - Test A: *Cold Ab/Ae -30 °C* (Ensaio a frio -30 °C);
- IEC 60068-2-2:2007: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - Part 2-2: Tests - Test B: *Dry heat Bb/Be +70 °C* (Ensaio a calor seco +70 °C);

4.2.2.4.4. Vibração:

- IEC 60068-2-6:2007: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - Part 2-6: Tests - Test Fc: *Vibration sinusoidal* (Ensaio de vibração senoidal) (dez varreduras em cada um dos eixos principais) 5 Hz ~ 8 Hz à +/-7.5 mm, 8 Hz ~ 500 Hz em 2 GN ;

4.2.2.4.5. Umidade:

- IEC 60068-2-30:2005: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - *Part 2-30: Tests - Test Db: Damp heat, cyclic (12 h + 12 h cycle)* (Ensaio de calor úmido em ciclos de 12 horas) (20/55 °C à 95% de umidade relativa durante 48 horas);

- IEC 60068-2-78:2012: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - *Part 2-78: Tests - Test Cab: Damp heat, steady state* (Ensaio de calor úmido estático seco 40 °C à 93% de umidade relativa durante 48 horas);

4.2.2.4.6. Impacto:

- IEC 60068-2-27:2008: *Environmental testing* (Ensaio ambientais) - *Part 2-27: Tests - Test Ea and guidance: Shock* (Ensaio impacto e orientação) (três impactos em cada um dos eixos principais a 15 GN em 11 ms);

4.2.2.4.7. Grau de Proteção dos Invólucros:

- ABNT IEC 60529:2017: Graus de proteção providos por invólucros (Códigos IP) (IP65 Frente do módulo quando instalado no painel de controle com a junta de vedação opcional);

4.3. Generalidades

4.3.1. As principais especificações técnicas são as descritas neste Termo de Referência.

4.3.2. As presentes especificações têm por objetivo definir as características e padrões técnicos exigidos, assim como prover as instruções, recomendações e diretrizes requeridas para o fornecimento do objeto.

4.3.3. Frete (CIF), posto Fortaleza.

4.3.4. Os materiais, com especificações anexas, deverão ter proposta técnica avaliada e aprovada pela Cagece, antes de se efetivar, através da ordem de fornecimento. Os materiais fornecidos serão submetidos à aprovação da Coordenadoria de Controle de Materiais da Cagece, e para tanto, a CONTRATADA deverá comunicar previamente a procedência de tais materiais e agendamento para vistorias e testes necessários.

4.3.4.1. O fornecimento abrange também os itens a seguir relacionados, sem, entretanto se limitar a eles, bem como daqueles citados nas especificações, ficando claro que a responsabilidade do Fornecedor se estende até a entrega dos materiais, devidamente descarregados e armazenados nos locais definidos, e, recebidos e aceitos pela Cagece.

- Embalagem e proteção para embarque;

- Descarga no local de entrega;

- Armazenamento no local de entrega;

- Inspeção final para verificação de danos de manuseio e transporte.

- Identificação (nome, data de validade e fabricação) visível.

4.3.4.2. Fazem parte das presentes especificações todas as normas brasileiras e/ou internacionais, nas suas mais recentes edições, publicadas até a data de lançamento deste processo para contratação de construção e aquisição.

4.4. Regulamentação dos Fornecimentos e Critérios de Recebimento

4.4.1. O fornecimento dos materiais às expensas do fornecedor inclui fornecimento de embalagens apropriadas, transporte até o Centro de Distribuição da Cagece situado na Av. Carneiro de Mendonça S/N – CEP 60.510-137 – Bairro Pici – Fortaleza-CE, conforme especificado na Ordem de Fornecimento, assim como a descarga dos materiais. Após o recebimento e aceite dos materiais pela Cagece, manuseio e guarda será de responsabilidade da Cagece.

4.4.2. Os materiais deverão vir acompanhados de nota fiscal.

4.4.3. Os materiais fornecidos deverão ter aprovação prévia da Cagece;

4.4.4. Serão inspecionados e conferidos (qualitativa e quantitativa) pela Cagece, todos os materiais apresentados para recebimento;

4.5. Inspeção de Qualidade

4.5.1. A Cagece se reserva o direito de submeter todos os produtos a serem fornecidos à inspeção de qualidade.

4.5.2. Reserva-se a Cagece o direito de recusar, no todo ou em parte, qualquer produto considerado não conforme, defeituoso, imprestável, ou que, depois de inspecionado, não venha acompanhado do laudo de aprovação pelo serviço de inspeção de qualidade, ou ainda, que tenha sido danificado no transporte ou na descarga, obrigando-se a CONTRATADA a substituí-lo, sem qualquer ônus adicional.

4.5.3. Ocorrendo rejeição, total ou parcial, dos equipamentos pelos critérios de aceitação ou rejeição previstos, a Cagece sustará o pagamento da nota fiscal correspondente no todo ou em parte, bem como poderá exigir a substituição pelo fornecedor do material, no todo ou em parte.

4.5.4. A recusa de material pelo serviço de inspeção de qualidade não será motivo para prorrogação dos prazos de fornecimento dos materiais, parciais ou totais, fixados no contrato.

4.5.5. Os materiais colocados à disposição da CONTRATADA por qualquer motivo (rejeição pela Inspeção de Qualidade, danificados ou quebrados durante o transporte, recebidos a mais do que contratado etc.) e que não forem apanhados dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da comunicação da Cagece, serão devolvidos com frete a ser pago pela CONTRATADA ou, então, serão considerados inservíveis pela Cagece, e assim, inutilizados sem qualquer reembolso à CONTRATADA.

4.5.6. As inspeções para certificação da qualidade ocorrerão às expensas da empresa CONTRATADA.

4.5.7. A Ordem de Fornecimento gerada pela Gerência de Suprimentos - GESUP terá validade de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de emissão.

4.6. Do prazo de garantia e das condições:

4.6.1. O prazo de garantia para este objeto será de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar da data da entrega do material.

4.6.2. As condições de garantia são:

4.6.2.1. Em caso da garantia ser acionada, as despesas referentes ao transporte do objeto do contrato terão seus ônus arcados pela CONTRATADA.

4.6.2.2. Durante o prazo de garantia estabelecido no item 4.6.1., a CONTRATADA assume o compromisso de substituir ou reparar o objeto do contrato que apresentar defeitos, sem qualquer ônus adicional para a contratante.

4.6.2.3. Quaisquer reparos, modificações e substituições decorrentes de defeitos oriundos do processo desde a fabricação até a efetiva aplicação/utilização pela Cagece, não interrompem nem prorrogam o prazo de garantia original contado a partir da data da entrega do material/equipamento.

4.6.2.4. Eventuais custos de mão de obra e materiais para reparação ou substituição serão assumidos pela CONTRATADA.

4.6.2.5. Independentemente da condição do fornecedor na cadeia de suprimentos, qual seja: distribuidor, e/ou revendedor, e/ou fornecedor, e/ou representante, e/ou fabricante, as solicitações de intervenções em garantia deverão ser feitas diretamente à CONTRATADA.

4.6.2.6. Caso a garantia seja acionada, todos os custos para solucionar o problema serão de responsabilidade da CONTRATADA.

4.6.2.7. O Termo de garantia deve acompanhar o produto no ato do fornecimento.

4.6.2.8. No Termo de garantia deve constar o número de série do equipamento.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da contratação serão proveniente dos recursos da **CAGECE**

6. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Quanto à entrega:

6.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, nos locais indicados no anexo A deste Termo, **no prazo de 60 (sessenta) dias**, contado a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento hábil.

6.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até **5 (cinco) dias úteis** antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.2. Quanto ao recebimento:

6.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

6.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no trigésimo dia contado da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhada de todos os documentos complementares válidos descritos no item 7.4, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A.

7.1.1. A partir da data da entrega da nota fiscal, caso haja algum documento vencido, o fornecedor tem 5 (cinco) dias para apresentar todos os documentos complementares. Caso seja ultrapassado este prazo, os 30 dias citados no item 7.1 somente começarão a contar a partir da data de entrega do último documento complementar exigido no subitem 7.4.

7.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 7.1 começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

7.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes documentos válidos complementares a nota fiscal:

7.4.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.4.2. Verificação eletrônica da situação do licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido e emitido pela Controladoria Geral da União (CGU).

7.5. Nos casos de eventuais atrasos ou antecipações de pagamentos, haverá recomposição ou desconto com base nos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês “pro rata die”, a partir da data do vencimento e a data do efetivo pagamento.

7.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Cagece, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, e às previstas no art. 83 e no art.84 da lei Federal nº 13.303/2016, às seguintes penalidades:

8.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.

b) Multa diária de **0,3% (três décimos por cento)**, no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da ordem de fornecimento.

c) Multa diária de **0,5% (cinco décimos por cento)**, no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da ordem de fornecimento. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

d) Multa diária de **0,1% (um décimo por cento)** sobre o valor da ordem de fornecimento, em caso de descumprimento das demais cláusulas estabelecidas neste instrumento, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.

e) Multa de **20% (vinte por cento)**, sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante.

8.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até **2 (dois) anos**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

8.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Depósito bancário, em nome da CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

8.3. A pessoa jurídica incurso nas penalidades previstas no art.83 da Lei 13.303/2016, também pode incorrer nas sanções disciplinadas pela Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), nos termos previstos no art. 37 da Lei 13.303/2016.

8.4. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 81, da Lei Federal nº 13.303/2016.

9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

9.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua notificação.

9.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

9.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

9.10. Manter cadastro atualizado junto à Cagece, que mantém cadastro próprio que não é de observação obrigatória pelos interessados para participação em licitações, mas que deve ser mantido atualizado para fins de gestão de contratos e efetivação de pagamentos, disponível no endereço eletrônico <https://www.cagece.com.br/portal-do-fornecedor>.

9.11. A Contratada se compromete a observar, em relação à respectiva atuação, os ditames do Código de Conduta e Integridade da Cagece, disponível em <https://www.cagece.com.br/wp-content/uploads/2019/01/Cagece-Codigo-de-Conduta.pdf>.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.

10.2. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual.

10.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

10.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.5. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

10.6. Aplicar as penalidades e sanções previstas em lei e neste instrumento.

10.7. Convocar os licitantes remanescentes nos termos do § 2º, inciso I do art. 75 de Lei 13.303/2016.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 40, da Lei Federal nº 13.303/2016, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da sua assinatura.

12.1.1. A publicação resumida deste contrato dar-se-á na forma do §2º do art. 51 da Lei Federal nº 13.303/2016.

12.2. O prazo de execução do objeto deste contrato é de 60 (sessenta) dias, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

13. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo A – Do Local e Horário de Entrega

ANEXO A – DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA

Local	Endereço	Horários/dias
CAGECE	Centro de Distribuição da CAGECE situado na av. Carneiro de Mendonça s/n – Bairro Pici, Município de Fortaleza - Ce	08 às 11h e 13 às 16h de segunda a sexta-feira



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À

GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO ESTRATÉGICA - GEMAE

Ref.: Dispensa de Licitação Nº 20190006 para aquisição de Controladores Eletrônicos para a usina de geração emergencial de energia com vistas ao atendimento pleno da Estação de Pré-Condicionamento de Esgoto - EPC

1. Identificação do proponente:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____(_____) dias, contados da abertura das propostas.
- O prazo de fornecimento será de até _____, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- Frete CIF, posto Fortaleza.

3. Formação do Preço

ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL (R\$)					
Valor por extenso (_____)					

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

ANEXO III - DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE EMPREGADO MENOR

MODELO – EMPREGADOR PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA

(Identificação do proponente), inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso III do art. 71, do RLC da Cagece, , que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de dezoito anos e, em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO
(colocar em papel timbrado quando se tratar de pessoa jurídica)

_____, inscrita no CPF/CNPJ nº _____, sediada à
Rua/Avenida _____ nº _____, Bairro _____, na
cidade de _____ Estado de _____, DECLARA, sob as penas da
lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital de Dispensa de
Licitação nº ____ - _____.

_____, de _____ de _____.
(Local)

Assinatura,
nome e número da identidade do declarante



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

ANEXO V- MODELO DE FICHA DE CREDENCIAMENTO

Dispensa Emergencial nº 20190006

OBJETO: Aquisição de _____ acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do edital.

NOME DO
PROPONENTE:

CNPJ/CPF

ENDEREÇO COMPLETO:

Nº

BAIRRO:

CIDADE:

CEP:

FONE:

FAX:

ENDEREÇO ELETRÔNICO DO proponente:

PESSOA P/ CONTATO:

_____, ____ de _____ de _____.
(Local)

(NOME / FUNÇÃO)



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, sediada _____ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes, para sua habilitação na presente dispensa, assim como está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Assinatura do representante legal
Carimbo e assinatura

OBSERVAÇÕES:

1 – Esta Declaração deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.



COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____ - 2019 - CAGECE

PROCESSO Nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A _____

E (O) A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ - CAGECE** situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) **CONTRATANTE**, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital da Dispensa de Licitação 20190006 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas alterações, baseada no capítulo I, seção I e RLC da Cagece, capítulo V, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital **da Dispensa de Licitação contida no processo 0700.000085/2019-03** e seus anexos, e à proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto deste contrato a aquisição de **Controladores Eletrônicos para a usina de geração emergencial de energia com vistas ao atendimento pleno da Estação de Pré-Condicionamento de Esgoto - EPC**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A entrega do objeto dar-se-á sob a forma Integral, nos termos estabelecidos na Cláusula Décima do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O preço contratual global importa na quantia de R\$ _____ (_____).

5.2. O preço é fixo e irrevogável

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no trigésimo dia contado da data da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhada de todos os documentos complementares válidos descritos no item 6.4. deste instrumento, mediante crédito em conta-corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. A partir da data da entrega da nota fiscal, caso haja algum documento vencido, o fornecedor tem 5 (cinco) dias para apresentar todos os documentos complementares. Caso seja ultrapassado este prazo, os 30 dias citados no item 6.1. deste instrumento, somente começarão a contar a partir da data de entrega do último documento complementar exigido no subitem 6.4. deste instrumento.

6.1.2. A nota fiscal que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 6.1. deste instrumento, começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital da Dispensa de Licitação nº 20190006.

6.4. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes documentos válidos complementares a nota fiscal:

6.4.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

6.4.2. Verificação eletrônica da situação do licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido e emitido pela Controladoria Geral da União (CGU).

6.5. Nos casos de eventuais atrasos ou antecipações de pagamentos, haverá recomposição ou desconto com base nos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês “pro rata die”, a partir da data do vencimento e a data do efetivo pagamento.

6.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia autenticada. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos PRÓPRIOS DA CAGECE.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da sua assinatura.

12.1.1. A publicação resumida deste contrato dar-se-á na forma do §2º do art. 51 da Lei Federal nº 13.303/2016.

12.2. O prazo de execução do objeto deste contrato é de 60 (sessenta) dias, contado a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia nos termos do art. 70 da Lei nº 13.303/16 e art.123 do RLC da Cagece.

9.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CAGECE a garantia de execução contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do respectivo instrumento, sob pena de aplicação de multa, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, em conformidade com o disposto no art. 123, §2º do RCL da Cagece.

9.3. A garantia será atualizada, nas mesmas condições, na hipótese de modificação do contrato originalmente pactuado, devendo ter validade durante a execução do contrato de até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

9.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente com base na variação do índice da caderneta de poupança.

9.5. Não será autorizada a emissão da ordem de fornecimento sem que a garantia tenha sido prestada, independente da aplicação de multa;

9.4. O não recolhimento, pelo contratado, da garantia de execução do contrato no prazo estabelecido no instrumento convocatório, não impede o seu início, porém acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), sem prejuízo da necessidade de apresentação da garantia.

9.5. O atraso até o 25º (vigésimo quinto) dia autoriza a Cagece a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada no contrato em questão, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

9.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a título de garantia.

9.7. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

9.8. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 9.2. deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

10.1. Quanto à entrega:

10.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas no Anexo I Termo de Referência do edital, no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento e conforme o Anexo A do Anexo I - Termo de Referência do edital.

10.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até **5 (cinco) dias úteis** antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.2. Quanto ao recebimento:

10.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

10.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

11.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

11.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 81, da Lei Federal nº 13.303/2016.

11.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

11.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução deste contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

11.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.7. Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da sua notificação.

11.8. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.9. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

11.10. Manter cadastro atualizado junto à Cagece, que mantém cadastro próprio que não é de observação obrigatória pelos interessados para participação em licitações, mas que deve ser mantido atualizado para fins de gestão de contratos e efetivação de pagamentos, disponível no endereço eletrônico <https://www.cagece.com.br/portal-do-fornecedor>.

11.10. A Contratada se compromete a observar, em relação à respectiva atuação, os ditames do Código de Conduta e Integridade da Cagece, disponível em <https://www.cagece.com.br/wp-content/uploads/2019/01/Cagece-Codigo-de-Conduta.pdf>.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento.

12.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

12.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

12.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

12.7. Convocar os licitantes remanescentes nos termos do § 2º, inciso I do art. 75 de Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor especialmente designado para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 40, da Lei Federal nº 13.303/2016, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, e às previstas no art. 83 e no art.84 da lei Federal nº 13.303/2016, às seguintes penalidades:

14.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.

b) Multa diária de **0,3% (três décimos por cento)**, no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da ordem de fornecimento .

c) Multa diária de **0,5% (cinco décimos por cento)**, no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da ordem de fornecimento. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

d) Multa diária de **0,1% (um décimo por cento)** sobre o valor da ordem de fornecimento , em caso de descumprimento das demais cláusulas estabelecidas neste instrumento, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.

e) Multa de **20% (vinte por cento)**, sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante.

14.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

14.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Depósito bancário, em nome da CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.3. A pessoa jurídica incurso nas penalidades previstas no art.83 da Lei 13.303/2016, também pode incorrer nas sanções disciplinadas pela Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), nos termos previstos no art. 37 da Lei 13.303/2016.

14.4. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o contratado deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

15.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas neste edital e na Lei Federal nº 13.303/2016, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

16.1. Quando da instauração de procedimento administrativo para a aplicação das respectivas sanções, serão observados os seguintes parâmetros para a definição das penas conforme condutas a seguir relacionadas:

a) não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: - impedimento do direito de licitar e contratar com a Cagece pelo período de 4 (quatro) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame: impedimento do direito de licitar e contratar com a Cagece pelo período de 2 (dois) meses;

c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: impedimento do direito de licitar e contratar com a Cagece pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: impedimento do direito de licitar e contratar com a Cagece pelo período de 4 (quatro) meses;

e) não manter a proposta: impedimento do direito de licitar e contratar com a Cagece período de 4 (quatro) meses;

f) falhar na execução do contrato: impedimento do direito de licitar e contratar com a Cagece pelo período de 12 (doze) meses;

g) fraudar na execução do contrato: impedimento do direito de licitar e contratar com a Cagece pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

h) comportar-se com má fé: impedimento do direito de licitar e contratar com a Cagece pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

i) cometer fraude fiscal: impedimento do direito de licitar e contratar com a Cagece pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

16.2. A pena de multa, obrigatoriamente estabelecida no instrumento convocatório, contrato ou em documento equivalente, deve observar as seguintes condições:

a) pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora;

b) a multa por rescisão será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, podendo, mediante justificativa, diante da natureza e importância do contrato e com a finalidade de desestimular o descumprimento, ser adotado percentual superior, até o limite do art. 412 do Código Civil Brasileiro;

c) a multa moratória deve ser apurada por dia de atraso até o limite fixado no instrumento convocatório, limite este que não pode representar percentual superior ao previsto para multa rescisória;

d) se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não cessar, o contrato pode ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, pelo gestor do contrato, desde que recolhida a multa;

e) se a multa for aplicada em decorrência de rescisão, por provocação do interessado na defesa prévia e mediante motivação da Comissão que opine favoravelmente, o percentual pode ser proporcionalizado pela autoridade competente para aplicação, em razão de circunstâncias tais como percentual de execução, gravidade, prejuízos causados entre outros;

f) a multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à contratada em razão do contrato em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro contrato havido entre a empresa e a contratada, aplicando-se a compensação prevista nos Artigos 368 e seguintes do Código Civil.

g) o instrumento de contrato ou documento equivalente pode prever que os valores devidos a título de multa de mora estabelecida em razão de etapas ou fases de execução seja depositado em conta vinculada e que, acaso o cronograma geral do contrato seja recuperado nas etapas ou fases subsequentes, ocorra a elisão da multa.

16.3. A aplicação das penas não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Cagece.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1. Este contrato pode ser alterado por acordo entre as partes, fundamentadamente, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar nos seguintes casos:

17.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

17.1.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites estabelecidos na legislação vigente;

17.1.3. quando conveniente a substituição da garantia de execução;

17.1.4. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

17.1.5. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

17.1.6. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

17.1.7. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

17.1.8. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a empresa pública ou a sociedade de economia mista deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

17.1.9. É vedado qualquer aditivo de valor, bem como o reajuste de valores decorrentes de prorrogação de prazo por atrasos provocados pela Contratada.

17.1.10. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A Rescisão contratual se dará nos termos dos artigos 148 a 151 do Regulamento de Licitações e Contratos da CAGECE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro do município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO(A)

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

(nome da testemunha 2)

RG:

RG:

CPF:

CPF:

Visto:

(Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)